

Turismo e regionalização: uma leitura das lógicas deste processo!

*Marialva Tomio Dreher¹
Talita Sheila Salini²*

Resumo: O artigo é um ensaio teórico, a respeito de uma reflexão acerca do turismo regional. A proposta está imbuída de, esclarecer algumas lógicas que permeiam a discussão da regionalização do turismo, tida como uma das saídas para o desenvolvimento ordenado desta atividade. As inquietações apresentadas abordam o posicionamento dos autores, ato resultante de uma pesquisa bibliográfica sobre esta temática. O resultado apresenta um viés sobre a realização do turismo regional que, se reveste de tal complexidade que implica em novas reflexões e novas atitudes. O futuro e a efetivação desta regionalização exigem mudanças no relacionamento entre os poderes público, privado, e a sociedade civil, no sentido de trabalhar a construção e o fortalecimento de uma cultura regional, que resulte em parcerias efetivas para que todos os atores possam entender este fenômeno, e então, comprometer-se com ele.

Palavras-chave: Regionalização do turismo. Espaço turístico. Desenvolvimento regional.

Introdução

O turismo, enquanto atividade socioeconômica, vem sendo colocado como alternativa ao desenvolvimento das regiões, através dos efeitos multiplicadores gerados. O desenvolvimento turístico, aliado a um cenário econômico diversificado e integrado, gera efeitos multiplicadores que podem ter impactos regionais. Por isso, muitos municípios vislumbrando a possibilidade do desenvolvimento turístico, têm buscado alternativas para criar vantagens competitivas, com o intuito de incrementar sua atratividade turística através da regionalização.

Para regionalizar o turismo, é preciso que os municípios trabalhem de forma integrada, com base na articulação, na cooperação intersetorial e interinstitucional e, na sinergia de decisões. A cooperação e a parceria devem existir entre os atores envolvidos neste processo,

¹ FURB. E-mail: marialva@furb.br

² Fundação Universidade Regional de Blumenau. E-mail: talita.salini@gmail.com

como: organizações da sociedade, instâncias de governos, iniciativa privada e comunidade. Só após a adoção destas atitudes pode-se pensar na regionalização do turismo.

O turismo regional, pode ser visto como uma iniciativa que, visa promover o potencial turístico de uma região suscitando a aproximação de interesses, fortalecendo empreendimentos já existentes, oportunizando opções de roteiros integrados de turismo, com o suporte na prestação de serviços. Há uma forte tendência, no turismo regional, em organizar os espaços de uma maneira integrada, de forma a compor um produto completo e desenvolver um diferencial mercadológico. Os municípios devem estar integrados e, trabalhar os produtos turísticos da região com o intuito de construir um produto coeso, que atenda as expectativas do mercado. Assim, juntamente com a participação da comunidade e a parceria entre o poder público e o privado, devem ser elaborados roteiros integrados/regionais de turismo.

Devido a estas características, o turismo regional apresenta-se como uma atividade complexa, que envolve diversos elementos, interesses, e atores e, por isso, necessita ser refletido a partir de uma abordagem centrada na realidade regional. Diante desta problemática, o objetivo deste ensaio teórico é apresentar uma reflexão acerca do desenvolvimento do turismo regional, partindo da teoria do desenvolvimento regional articulada com a teoria do turismo. Para tanto, a metodologia empregada foi a bibliográfica, no sentido de buscar uma maior compreensão sobre o posicionamento dos autores estudados. Conforme Lakatos; Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia publicada sobre o assunto pesquisado, em livros, revistas, teses, dissertações, etc., compreendendo procedimentos como a redação de fichas, resumos e análise de textos.

Desenvolvimento do Turismo e Regionalização: Espaço e Ação!

No contexto do desenvolvimento do turismo, os últimos anos foram marcados por duas tendências simultaneamente contraditórias e complementares: ao mesmo tempo em que se promovia um sistema global, interdependente e interconectado, fortaleciam-se as relações nacionais, regionais e locais. Muitos países, com o escopo e a necessidade do desenvolvimento, passaram a seguir novas formas de organização social, política e econômica, sendo a regionalização uma alternativa adotada (BECKER; BANDEIRA, 2002).

Por isso, segundo Dallabrida (2000), a regionalização vem marcando as últimas décadas como uma das principais tendências mundiais que, fortalecida pela globalização e pela abertura dos mercados, foi percebida como sujeito do desenvolvimento.

Nesse sentido, Becker (2003) afirma que, a regionalização foi um movimento que enfatizou a necessidade de se rever, primeiramente, a proteção dos recursos naturais e culturais, para posteriormente procurar alternativas de sobrevivência no mercado globalizado. Ela é, antes de tudo, um processo sócio-cultural que objetiva manter e reforçar as identidades locais e regionais, em decorrência da nova cultura global promovida pela transformação provocada pela globalização. Neste ínterim, conforme Coriolano; Silva (2005, p. 30), o movimento em prol da regionalização “é uma estratégia geopolítica de compartimentar espaços para trabalhá-los em porções menores e alcançar objetivos mais imediatos e localizados”.

Um processo de regionalização compreende um crescente esforço da sociedade local, para configurar e sustentar seu processo de desenvolvimento (BOFF, 2007). Deste modo, o desenvolvimento regional pode ser entendido como, um processo localizado de mudança social sustentada, tendo a finalidade de atingir o progresso permanente da região, da comunidade regional e de cada indivíduo residente nela (BOISIER, 1996 apud DALLABRIDA, 2000).

Diante dessas possibilidades, Dallabrida (2000) assegura ainda que, todo projeto de desenvolvimento regional desencadeia um processo de reconstrução/reapropriação de um determinado território, entendido como espaço apropriado. Essa reconstrução implica uma nova ordenação territorial que, modifica os padrões e impõe mudanças no desenvolvimento. Por isso, para o desenvolvimento acontecer é preciso: um crescente processo de autonomia regional de decisão; uma crescente capacidade regional de apropriação do excedente econômico, revertendo-o na própria região; um crescente movimento de inclusão social; um processo de conscientização e mobilização social para a proteção ambiental; e uma identificação da população com a sua região.

O desenvolvimento regional, segundo Becker; Bandeira (2002), não depende apenas do incremento dos agregados econômicos relevantes – investimentos em capital físico, humano e tecnologia – mas, de fatores endógenos como a cultura e os valores, o ambiente psico-sociológico em que decorre a interação dos atores sociais e, as motivações intrínsecas

dos agentes econômicos locais. Sendo assim, é importante enfatizar que, as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional resultam das mudanças estruturais ou qualitativas que este processo sofre a partir de alterações endógenas, e que são essas transformações, juntamente à estrutura sociocultural vigente na região, que determinam as diferentes dinâmicas nos distintos processos de desenvolvimento regional.

Os padrões de desenvolvimento regional devem ser compreendidos como, as múltiplas alternativas que cada região possui em razão de suas diferenças culturais, ambientais e valores éticos e morais. A inserção no processo de desenvolvimento é facilitada por meio da construção regional de um modelo específico, ou seja, o desenvolvimento decorre da capacidade cultural, acumulada regionalmente, dos agentes sociais, políticos e econômicos para constituir, de forma coletiva e associada, seu próprio padrão de desenvolvimento (BOFF, 2007). Portanto, Becker (2003, p. 95) afirma que “a crescente interação/integração dos agentes do desenvolvimento regional transforma-os em sujeito coletivo regional e é o que viabiliza um processo de desenvolvimento diferenciado de outras regiões”.

Diante deste contexto, é possível observar que, o desenvolvimento regional envolve muitos fatores e setores que provocam a transformação dos espaços e, entre eles, destaca-se neste estudo o movimento regional provocado pelo setor de turismo. O turismo é indubitavelmente, um fenômeno político, econômico, social e cultural dos mais significativos das sociedades pós-industriais, pois movimenta um grande volume de pessoas e de capital, registrando-se materialmente de forma mais significativa ao criar e recriar espaços diversificados (RODRIGUES, 1997).

Coriolano (1998) assegura que, ao utilizar a natureza como atrativo turístico, os equipamentos urbanos como infra-estrutura do turismo, os territórios de origem dos turistas, as comunidades receptoras e as práticas sociais decorrentes deste encontro, o turismo passa a ser objeto do saber geográfico, sendo uma atividade que implica fortemente a estruturação e reestruturação do espaço. Portanto, “o turismo é, antes de tudo, uma experiência geográfica. Apresenta-se como fenômeno geográfico no sentido de representar uma relação direta entre o homem e os espaços, ou seja, o homem e o ambiente” (p. 22). Por meio do turismo, a natureza, as cidades e os espaços geográficos transformam-se em lugares turísticos. Nesta mesma linha, Cruz (2001, p. 5), diz que “o turismo nada mais é, antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço

geográfico seu principal objeto de consumo”. Assim sendo, o turismo organiza o espaço, criando estruturas urbanas e regionais com características singulares que, expressam, em níveis espaciais, o modo de produção e reprodução de uma sociedade.

O espaço geográfico é o principal objeto de consumo do turismo e, disso decorre uma das mais importantes especificidades da prática social do turismo: o consumidor-turista tem de se deslocar até o produto a ser consumido, o lugar turístico. Em função dessa característica, o turismo acaba por causar transformações, diretamente, em pelo menos três porções do espaço geográfico: nos pólos emissores de fluxos, nos espaços de deslocamento e, nos núcleos receptores de turistas. Os pólos emissores de turistas podem ser expressivamente transformados pelo turismo pois, em função da emissividade, ocorrem transformações: nas infra-estruturas preexistentes; no ritmo cotidiano desses locais; na geração de emprego, com a multiplicação das agências e operadoras de viagem. No caso dos espaços de deslocamento, surgem e multiplicam-se infra-estruturas como: postos de abastecimento, meios de hospedagem e alimentação, lojas de artesanato e infra-estrutura de lazer, às margens de rodovias. Entretanto, é nos núcleos receptivos que ocorre a maior gama de transformações sócio-espaciais, pois neles multiplicam-se infra-estruturas relativas à hospedagem (desde pousadas rústicas, até hotéis de padrão internacional), alimentação, transporte, lazer e serviços em geral (CRUZ, 2001).

Deste modo, para definir o espaço turístico de qualquer região é suficiente, o patrimônio somado aos empreendimentos e a infra-estrutura (BOULLÓN, 2002). A partir deste enfoque, a região turística é considerada uma área com certa densidade de serviços e equipamentos turísticos, com uma imagem que lhe caracterize, como espaços concentradores de turistas, integrados por um conjunto de destinos, mais ou menos contíguos, caracterizados pelos impactos da visitação turística (YÁZIGI, 2001).

Uma região turística possui um grau de atratividade e, esse grau depende: de seus atributos endógenos (características intrínsecas à região) e, exógenos (infra-estrutura agregada à região que possibilita o consumo turístico); das necessidades, do perfil e da motivação de cada segmento da demanda turística; bem como da informação disponível e apreendida pelo público-alvo a seu respeito – despertando o desejo de se deslocar ao atrativo de modo a satisfazer necessidades específicas; e do acesso à região, que dependerá das diferentes localizações geográficas de cada segmento dessa mesma demanda. Portanto, o que determina

o grau de atratividade turística de uma região são os seus atributos diferenciais e, a caracterização das condições de acesso e estado de conservação (BENI, 2006). Destarte, para se obter uma abordagem de desenvolvimento que permeia as regiões turísticas e que, seja capaz de incrementar o poder de atração de uma destinação, bem como os benefícios trazidos pela atividade turística aos municípios, tem-se a regionalização turística.

A regionalização turística é uma estratégia que, permite ampliar a oferta e a atratividade turística das destinações. Uma região pode ofertar um número mais amplo de atrativos do que um município sozinho (DREHER; ULLRICH, 2007). Através da regionalização, os municípios desenvolvem o turismo de forma integrada, agregando os produtos turísticos e as ações de desenvolvimento. Segundo Beni (2006), o valor agregado percebido pelo turista em relação a destinações complementares, trabalhadas em conjunto, é maior que os valores percebidos de maneira individual e isolada. A atratividade de cada destinação pode ser potencializada, quando realizada pelo trabalho conjunto de formação de produtos turísticos entre as destinações, por meio do desenvolvimento de circuitos, rotas e roteiros turísticos regionais. Para Boullón (2002), o produto turístico é o resultado da soma de recursos naturais, culturais e dos serviços oferecidos aos turistas, sendo formado pelos mesmos bens e serviços que fazem parte da oferta turística.

Desta forma, a regionalização do turismo pode ser vista como uma decisão capaz de incrementar o poder de atração dos destinos turísticos. Conforme Fortes; Mantovaneli Junior (2006), os destinos turísticos, em sua maioria, dependem do tempo de permanência do visitante para desenvolver o turismo e, o visitante, depende da quantidade e qualidade da oferta turística. Mesmo que um único município ofereça atrativos diversificados, dificilmente conseguirá manter o interesse e a estada dos turistas por um prazo maior, se não houver uma integração com a região de entorno, que possibilite a diversificação da atratividade turística e a qualificação da oferta.

Quando se pretende desenvolver uma região turística é necessário que esforços sejam somados no sentido de aperfeiçoar os atrativos pré-existentes e, por vezes já consolidados, associando-os ao conjunto da oferta regional. Além disso, os novos atrativos e a busca por inovações também devem ser organizados e direcionados ao fortalecimento da região, considerando que a regionalização somente será efetiva, quando ocorrer uma participação que envolva e atenda as decisões coletivas. Nesse sentido, o turismo regional é uma atividade

complexa, ultrapassa fronteiras e utiliza uma grande variedade de atrativos, infra-estrutura e serviços para compor a sua oferta. Com o intuito de ampliar a atratividade e de adequar a oferta à demanda, são criados produtos turísticos regionais que distribuem a sua oferta por várias cidades, como, por exemplo, mesclando e disponibilizando os atrativos, em uma cidade e, a hospedagem, alimentação, e demais serviços, em outra cidade. Na maioria dos casos, este procedimento decorre da capacidade instalada, que muitas vezes não consegue suprir a demanda ou, então, trata-se de uma estratégia que visa aumentar a permanência da demanda turística na região. Para que este processo ocorra de forma ordenada, se faz necessária a articulação e, principalmente, a integração das cidades que pretendem desenvolver o turismo regionalmente (DREHER; ULLRICH, 2007).

De acordo com Araújo; Bramwell (2002), o turismo regional representa um grande desafio para qualquer sociedade, uma vez que afeta grupos múltiplos, como o governo, o setor privado, as organizações não-governamentais e as comunidades locais. Mas, se o turismo regional é tão complexo, por que ele é útil? A sua utilidade está em reunir interesses locais, regionais e nacionais dentro de uma perspectiva de desenvolvimento regional. Através do desenvolvimento do turismo regional, os destinos e os grupos de organizações podem obter uma vantagem competitiva pois, ao trabalharem juntos, obtêm mais benefícios do que agindo sozinhos. Assim sendo, o turismo regional é uma intenção de regiões em melhorar a sua competitividade turística, apresentando mais atratividade e potencial. Ele pode ser visto como, um meio importante para o desenvolvimento local e regional, porém, não pode ser visto como uma panacéia, pois nem todas as regiões possuem condições e potencial apropriados para atrair a visitação de turistas.

Além disto, Boullón (2004) afirma que, o setor turístico sozinho não tem capacidade de fornecer soluções para suas demandas, posto que a dimensão delas supera seu orçamento e sua capacidade operativa. Concebem-se e desenvolvem-se neste setor, necessidades que perpassam suas fronteiras citando, como exemplo, a segurança e a infra-estrutura pública que são parte da sustentação desta atividade.

Neste contexto, é importante ressaltar que, muitas vezes, as regiões turísticas podem ser desenhadas não apenas para responder às demandas dos turistas, mas como uma forma de desenvolvimento econômico e social da região. As cidades e localidades vêm adquirindo novas funções, notadamente a partir da implantação de infra-estrutura e de equipamentos

destinados a atrair as mais recentes demandas por turismo. Nesses espaços, a demanda vem aumentando em função de novas tendências que se verificam na prática do turismo, como as modalidades turísticas que são consideradas alternativas – turismo rural, agroturismo, turismo de natureza, ecoturismo – que, estão se convertendo em uma nova opção de desenvolvimento turístico para algumas regiões onde predominam cenários próprios a essas práticas (BENI, 2003).

Turismo Regional: a Complexidade da Realização!

As vertentes teóricas, na sua essência, apresentam várias lógicas que permeiam um processo de regionalização do turismo, contudo, as experiências nesse sentido, no Brasil, ainda se encontram em fase de consolidação, por isso, é possível afirmar que há certa subjetividade e/ou superficialidade na formação dos enfoques propostos. Estes se concentram, na maioria das vezes, na necessidade de esforços como: articulação, participação, coletividade etc., que são fatores implícitos ao desenvolvimento do espaço turístico.

Desta maneira, a leitura que se faz recai sobre as necessidades operacionais destes esforços e, as devidas “vontades” políticas em atender a estes fatores que promovem um processo coletivo, num ambiente anteriormente fortemente particularizado. Historicamente, os “locais turísticos” e suas organizações estruturavam-se para competir no mercado, cada um na sua lógica. Decorre disto, a dificuldade de compreender a mudança de paradigma, na dúvida que envolve: o porquê e o como agir. A resposta para estas questões passa, necessariamente, pelo entendimento do significado do turismo como uma atividade transdisciplinar, que não apresenta nem fronteiras e nem tempos definidos, onde os turistas movimentam-se de acordo com aquilo que encontram, e aquele que o recebe e o acolhe; os reflexos desta movimentação podem ocasionar impactos positivos e negativos, além dos locais visitados.

Por isso, pensar regionalmente é tentar organizar o movimento turístico de modo que se controle esta movimentação num espaço mais amplo e, ao mesmo tempo, em conjunto. Neste caso, para que o turismo ocorra de forma regionalizada é preciso que haja integração das vocações regionais e das potencialidades locais, a partir das características semelhantes e/ou complementares das atrações ecológicas, culturais, sociais, entre outras, que podem formar uma identidade regional. É fundamental, portanto, uma articulação política voltada

para ações capazes de, efetivamente estabelecer bases institucionais para formatar um produto turístico integrado numa região. Há algumas vantagens na implantação de ações de caráter regional: a diversificação do produto, podendo a região se destacar tanto pelo diferencial natural como cultural; a definição da imagem turística, que adquire uma conotação mais significativa, se comparada a um município isoladamente; a possibilidade de atingir públicos diferentes, devido às características diferenciais da oferta turística e, a divisão dos esforços de divulgação da imagem.

Sendo assim, ao desenvolver o turismo de forma regionalizada é possível, diversificar a oferta turística, ampliar a atratividade e, conseqüentemente, atrair mais visitantes aos municípios de uma região. Desta forma, para se atingir o turismo regional exige-se: novas posturas e novas estratégias na gestão das políticas públicas de turismo; mudanças de relacionamento entre o poder público e a sociedade civil; negociação, acordo, bem como, a consolidação de uma cultura regional que ofereça uma estrutura capaz de atender às necessidades turísticas de maneira mais organizada e com especialidades variadas.

Há também alguns desafios, especialmente no que tange a apropriação dos espaços e das demandas, pelos diversos atores que promovem a regionalização da atividade turística. É preciso entender que, a regionalização requer a diminuição das fronteiras, especialmente a política e a econômica, de forma a sustentar os esforços coletivos em todas as áreas. Em função disto, os investimentos precisam ser compartilhados de maneira transparente e conjunta. Portanto, é fundamental a participação das organizações na institucionalização dos interesses promovidos em prol deste movimento. Geralmente, num processo de regionalização, os municípios menores ou com menos recursos apresentam menos poder nas decisões. Decorre disto, a necessidade de se equilibrar o papel e a demanda de cada um, levando em conta as prioridades indicadas na intenção de desenvolver o turismo regional. Dois fatores principais condicionam um processo de regionalização: uma governança instalada com políticas definidas e com recursos e, a preocupação com a sustentabilidade da atividade. Além disto, é importante garantir que, não haja uma movimentação sem o conhecimento e consentimento daqueles que atuam na região, já que, quem decide a transformação de um espaço é aquele que assume e vivencia esta transformação.

Deste modo, um processo de regionalização exige, além de políticas que dêem conta do caminho a seguir, parcerias efetivas que possam garantir a manutenção deste processo.

Mais que isso, parcerias que apresentem competências para a continuidade e aprimoramento das iniciativas coletivas. É essencial pensar nas parcerias como, a extensão das ações particulares das organizações públicas e privadas, para acrescentar um esquema coletivo nas decisões que afetam toda uma região. Geralmente, a grande dificuldade da regionalização é de se chegar num acordo nas decisões, muitas vezes, devido à falta de ações conjuntas na ordenação do espaço. Segundo Boullón (2004), a gestão do turismo apresenta-se fragmentada em grande número de organizações que, superpõe suas atribuições em algum campo e, deixam outros descobertos. Estas organizações carecem de uma concentração de esforços no desenho do espaço regional.

De fato, as parcerias são importantes na efetivação de um processo de regionalização, uma vez que podem facilitar uma aliança mais duradoura, pois, na medida em que as organizações se aproximam, os contatos tornam-se recorrentes e os objetivos assumem proporções maiores dentro deste processo. Contudo, a formação de parcerias deve ser direcionada ao compartilhamento de propostas, de responsabilidades, e de ações capazes de gerar produtos e serviços turísticos, para o fortalecimento e a diversificação da oferta turística regional, traduzindo-se em oportunidades de negócios e de desenvolvimento turístico de uma região, a partir de seus atributos, especificidades e, da sua atratividade.

Conclusão

Um processo de regionalização do turismo é complexo, portanto, difícil de realizar, pois necessita de uma concepção de ações e relacionamentos entre os diversos setores da sociedade, exigindo planejamento participativo para o uso compartilhado do espaço regional. Isso implica no esforço de reconhecimento das características individuais e regionais, que promova definições quanto às questões econômicas, políticas, sociais, culturais e ecológicas.

O turismo, por ser uma atividade que ultrapassa fronteiras espaciais e organizacionais, provoca transformações no espaço, quando dá forma aos produtos turísticos, uma vez que necessita de serviços complementares na composição da oferta. Assim sendo, para desenvolver o turismo regional, é indispensável pensar numa infra-estrutura turística que atenda as necessidades de um produto mais amplo, que una atrativos, equipamentos e serviços turísticos de várias localidades.

Além disso, faz-se necessário traçar políticas de regionalização, com o intuito de conduzir os atores ao entendimento e, conseqüente comprometimento com este processo, pois, ao se levar em consideração que o turismo é uma atividade que necessita do suporte das mais variadas áreas, observa-se que, as políticas são usadas também para fazer a interlocução entre os seus diversos setores. Neste contexto, ao fazer uma reflexão, nota-se nas palavras de Boullón (2004, p.138), que “o problema é enorme, mas por mais que procuremos, em curto prazo não encontraremos uma resposta global. Em vez do desespero, o mais sensato é começar pelo que é possível fazer já. Para isso, a proposta é definir por onde começar e como começar”.

Por fim, conclui-se que, mesmo diante de tantos desafios a regionalização pode ser vista como uma alternativa para o fortalecimento do turismo, já que provoca o envolvimento dos atores à compreensão dos potenciais e das ameaças do setor. Ou seja, pode-se promover a reflexão dos impactos, tanto positivos como negativos, para que os atores responsáveis pela atividade, e a sociedade envolvida neste processo – que assume vivenciando os reflexos do turismo –, decidam os rumos que desejam para a região.

Ressalta-se que, a análise deste estudo limita-se ao recorte proposto, não apresentando subsídios que possam dar conta de um entendimento amplo sobre a complexidade da regionalização e, apresenta apenas, uma reflexão restrita e centralizada nas obras citadas. Para a melhor compreensão do fenômeno se faz necessário que, novos estudos sejam realizados no sentido de revelar novas respostas acerca deste processo. Assim sendo, a temática está sendo posta para que, novos pesquisadores se envolvam com a regionalização, que desperta cada vez mais o interesse dos atores sociais.

Referências

ARAÚJO, Lindemberg M.; BRAMWELL, Bill. Partnership and regional tourism in Brazil. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 4, p. 1138-1164 (27), october 2002.

BECKER, Dinizar F. Capital social: uma nova derivação da economia de mercado? In: CORREA, Sílvio M. S. **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 85-121, 2003.

BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. (orgs.). **Respostas regionais aos desafios da globalização**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BENI, Mário C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BENI, Mário C. **Globalização do turismo**: megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.

BOFF, Vilmar A. **Turismo e desenvolvimento regional**: um estudo comparado de duas regiões turísticas do estado do Rio Grande do Sul. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Santa Cruz do Sul, 2007.

BOULLÓN, Roberto C. **Atividades turísticas e recreativas**: o homem como protagonista. Trad. Maria E. O. Assumpção. Bauru SP: EDUSC, 2004.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T.; SILVA, Sylvio C. B. M. **Turismo e geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: Ed. da UECE, 2005.

CRUZ, Rita C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DALLABRIDA, Valdir R. Sustentabilidade e Endogenização: novos paradigmas para o desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. (orgs.). **Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 187-228, 2000.

DREHER, Marialva T.; ULLRICH, Danielle R. Gestão do processo de participação no desenvolvimento regional do turismo: os desafios das cidades do Vale Europeu em SC. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL, 10, 2007, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2007.

FORTES, Simone; MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger. Desafios institucionais da regionalização do turismo no Vale Europeu – Santa Catarina. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 8, 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Unicenp, 2006.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.